

	<b>TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ</b> <b>COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA (COSEG)</b> Portaria n.º 68/2023 (0714070)	
--	--	--

### 1. DADOS DA REUNIÃO:

<b>Data:</b> 26/10/2023	<b>Início:</b> 15:13h	<b>Término:</b> 16h	<b>Local:</b> Diretoria-Geral
<b>Pauta</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualização da Portaria que constitui a Comissão;</li> <li>- Aquisição de equipamentos destinados aos APJs, via TRE-PA;</li> <li>- Aquisição de veículo destinado à SEGIN;</li> <li>- Realização de Encontro Nacional das Comissões de Segurança;</li> <li>- Levantamento de possíveis ameaças direcionadas a magistrados e magistradas;</li> <li>- Estabelecimento de cronograma de reuniões;</li> <li>- O que ocorrer.</li> </ul>		

### 2. PARTICIPANTES:

Nome	Cargo	Função
Juiz Paulo César do Vale Madeira	Juiz Membro	Presidente
Juiz Diego Moura de Araújo	Juiz Eleitoral	Membro
Francisco Valentim Maia	Diretor-Geral	Membro
Dilma Célia de Oliveira Pimenta	Secretária de Administração e Orçamento	Membro
José Aguinaldo Parafita Monteiro	Agente de Polícia Judicial	Membro

### 3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES:

O Juiz Paulo Madeira deu por aberta a reunião dando as boas-vindas aos membros da Comissão. Em seguida, passou a palavra ao servidor Aguinaldo.

O servidor **Aguinaldo** iniciou sua manifestação informando que a Portaria que constitui a Comissão de Segurança foi atualizada e fez a apresentação dos novos in Diretor-Geral esclareceu que o Tribunal adotou a Portaria que leva em consideração o cargo e não o nome, objetivando evitar constantes alterações de Portaria, com de cargos. Acrescentou que o Tribunal vem cumprindo as exigências das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, tendo inclusive pontuado nesse quesit Qualidade do CNJ, carecendo apenas dos agregados, como uniforme, equipamentos, veículo, etc.

Continuando, o servidor Aguinaldo informou que o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá manifestou a intenção de participação de procedimento licitatório objetivando a aquisição de equipamentos destinados aos Agentes de Polícia Judicial. A servidora Dilma esclareceu que a Secretaria não tomou ciência de necessitando que o Processo seja encaminhado, para que a intenção seja registrada no Sistema Comprasnet. O Diretor-Geral acrescentou que talvez não haja tem para esta aquisição durante o exercício 2023.

Em relação à confecção de uniformes, o servidor Aguinaldo indagou se há possibilidade dos Agentes de Polícia Judicial providenciarem a aquisição individual, p ressarcimento. Para essa questão a servidora Dilma respondeu positivamente, esclarecendo que desta forma evita o trâmite demorado de um processo licitatór elevado para confecção de apenas 04 (quatro) uniformes. Para o ressarcimento, basta autuar processo fazendo juntada da comprovação da despesa.

Dando continuidade, o Diretor-Geral lembrou que o cargo de Agente de Polícia Judicial foi criado pelo CNJ, porém ainda existem magistrados e servidores que des atribuições desses servidores, sendo necessária a divulgação, objetivando dar conhecimento e dirimir certas dúvidas. Uma das situações já verificadas é o fato de APJs acompanhar autoridades em deslocamentos a outros municípios, necessidade esta que não é aceita por alguns magistrados. Nesse sentido a servidora Dilma Juízes Paulo Madeira e Diego um diálogo com os magistrados deixando-os a par dessa situação.

O próximo assunto abordado pelo servidor Aguinaldo refere-se à aquisição de veículo caracterizado para utilização pela SEGIN. A servidora Dilma esclareceu que do Tribunal não é suficiente para essa aquisição, mas que será disponibilizado um veículo Renault Logan, para que fique sob a responsabilidade dos Agentes de Pol visando a realização de rondas.

O Juiz Paulo Madeira sugeriu a locação de veículos, para atender essa demanda. A servidora Dilma ressaltou que tal contratação já foi idealizada em gestões passa não logrou êxito, em virtude da carência de aparelhamento.

O Diretor-Geral lembrou que o TRE vem mantendo termo de cooperação com a Receita Federal e que, havendo possibilidade, será encaminhada solicitação de doaçi ao Tribunal.

Em seguida, o servidor Aguinaldo salientou que será realizado Encontro Nacional das Comissões de Segurança e que o Juiz Paulo Madeira informou sua impos participação, sugerindo o Juiz Diego para o evento.

O próximo tópico a ser abordado refere-se à possíveis ameaças direcionadas aos magistrados. O servidor Aguinaldo sugeriu o deslocamento às Zonas El levantamento de questionamentos nesse sentido aos Juizes Eleitorais. O Juiz Paulo Madeira sugeriu aproveitar os deslocamentos da Corregedoria, para proceder o l de situações que mereçam providências pela Comissão.

Dando continuidade, o servidor Aguinaldo esclareceu a necessidade de elaborar cronograma de reuniões da Comissão. A servidora Dilma esclareceu que para o ano preocupação com as Eleições em Oiapoque, sede da 4ª Zona Eleitoral, em virtude de que a Polícia Militar não entra nas aldeias e as comunidades indígenas não são presença do Exército, havendo aceitação com a presença da Polícia Federal. Além dessa situação, registrou que a presença do Exército demanda considerável c servidor Aguinaldo sugeriu a realização de reunião com a Polícia Federal, para tratar desse assunto. A Comissão acatou a proposta, agendando reunião como Superi Polícia Federal no início de dezembro, ficando a reunião da Comissão para o dia 15/12. O Diretor-Geral sugeriu a participação do servidor Cláudio André para apr Planejamento das Eleições 2024.

Em seguida a servidora Dilma solicitou a elaboração de norma de segurança institucional, para melhor esclarecer procedimentos rotineiros no Tribunal. Para es servidor Aguinaldo esclareceu que tal documento já existe, mas que necessita de atualização, que será brevemente providenciada.

O Juiz Paulo Madeira lembrou que é preciso estar ciente da necessidade de utilização de linguagem adequada, evitando-se situações que possam ser config preconceituosas e de assédio. Ressaltou que é preciso que se tenha um olhar crítico, para diferenciar a pessoa que vem para afrontar o TER-AP e aquela que realmen condições de, por exemplo, usar vestimenta adequada. Adicionou que o Tribunal não pode restringir o acesso destas pessoas.

A servidora Dilma mencionou que a Juíza da 10ª Zona Eleitoral (Zona Norte) reclamou que não há a presença de servidores da SEGIN no Cartório, mas que essa resolvida com a disponibilização de veículo.

O servidor Aguinaldo esclareceu que se prontificou a vir ao TRE pelas manhãs dando apoio, também à 2ª Zona Eleitoral.

O Juiz Paulo Madeira lembrou que houve pedido de providências por parte do Juiz da 4ª Zona Eleitoral, em virtude da falta de segurança no Cartório. A servidora informou que a situação pode ser resolvida com a solicitação de apoio da Guarda Municipal do Município, mas que foi autorizada a contratação de Agente de Portaria encarregado da triagem de atendimento aos eleitores que adentram ao prédio do Cartório.

Em seguida, a servidora Dilma solicitou ao servidor Aguinaldo que os APJs Bruno e Fabrício sejam selecionados com mais frequência para participarem das ações e aprenderem os procedimentos adotados em cada situação. O servidor Aguinaldo respondeu que tal procedimento já vinha sendo adotado, porém enfrentou críticas de determinadas situações.

Ao final, o Juiz Paulo Madeira indagou se os Agentes de Polícia Judicial passaram por treinamento. O servidor Aguinaldo respondeu que anualmente os APJs capacitados e que neste ano fizeram o curso de proteção de autoridades e de tiro, salientando que já foram tomadas as providências para a emissão do porte de armas.

Não havendo mais assuntos a serem abordados, o Juiz Paulo Madeira encerrou a reunião. Para constar, eu, Alexandre Dourado de Aragão, lavrei a presente ata assinada por todos.



Documento assinado eletronicamente por **DILMA CELIA DE OLIVEIRA PIMENTA, Secretário(a)**, em 08/11/2023, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MOURA DE ARAUJO, Juiz(a) Eleitoral**, em 08/11/2023, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO VALENTIM MAIA, Diretor(a)-Geral**, em 08/11/2023, às 17:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE AGUINALDO PARAFITA MONTEIRO, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 08/11/2023, às 19:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA, Juiz(a)-Membro**, em 16/11/2023, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0775937** e o código CRC **7DF5500B**.